

# A inserção internacional da economia portuguesa

- Algumas reflexões -

António Romão

## Nota Introdutória

1. Insere-se esta comunicação no tema «Desenvolver», um dos três «Dês» do Programa do MFA.

É já um lugar comum dizer-se que este foi o «D» menos conseguido, por isso, e não só, se justifica que sobre ele se reflecta criticamente e se alargue o debate, para além dos «economistas de serviço» de há sete ou oito anos a esta parte.

2. Se todos temos uma ideia e sabemos o que significa (ou pode significar) desenvolvimento, em termos gerais e globais parece-nos importante fazer algumas observações prévias para delimitar o conceito, tal como entendemos.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento não é um conceito neutro e, conseqüentemente, devemos ser mais exigentes do que a simples inócua fórmula do tipo «Desenvolvimento do País, da economia nacional, etc.».

É necessário interrogarmo-nos sobre: «*desenvolver o quê?* e «*para quem?*».

Em segundo lugar, e que decorre parcialmente do ponto anterior, o desenvolvimento não pode nem deve ser confundido somente com o aumento do nível de vida, embora este esteja necessariamente associado aquele. Mas melhoria do nível quantitativo e qualitativo de vida de que grupos sociais? De que regiões? Baseado e/ou sustentado por que estruturas económicas?

As interrogações poderiam continuar.

Finalmente, nas condições actuais, quer internacionais, quer do nosso país e face à crise que vive hoje o capitalismo, justifica-se que nos interroguemos a que tipo de saída desta crise vamos assistir?

Um tipo de resposta pode ser «a saída da crise pelo capitalismo», e, então, este entrará noutra fase do seu desenvolvimento.

Outro tipo de resposta pode ser «a saída do capitalismo em crise» e, neste caso, estaremos no domínio, já não do desenvolvimento do capitalismo, mas do desenvolvimento dos povos.

Procurando referenciar *alguns* dos pilares deste «novo desenvolvimento», diremos que deve ser entendido como:

...

- desenvolvimento das forças produtivas nacionais, com melhor aproveitamento dos recursos internos;
- reforço da base estrutural produtiva do País, ou, dito de outra forma, o reforço da coerência interna do sistema produtivo nacional;
- reforço do posicionamento internacional do País;
- melhoria na satisfação das necessidades sociais, redução das desigualdades, maior justiça na propriedade e distribuição da riqueza;
- alteração qualitativa no modo de produzir e de usufruir os valores produzidos, o que implica uma forma participada do processo de desenvolvimento.

3. Poderá parecer irónico falar-se em desenvolvimento, quando se conhece a evolução/experiência dos últimos anos, e a política restritiva (curto prazo) que tem sido adoptada, sem quaisquer perspectivas de desenvolvimento.

As políticas de curto prazo não podem ser autonomizadas e só fazem sentido, política, económica e socialmente, quando enquadradas numa política global de desenvolvimento.

É ponto sobre o qual há um largo consenso, mas trata-se de um consenso «não praticante».

As opções políticas tomadas nos últimos oito anos, com a tradução, no campo económico-financeiro, de políticas de curto prazo, ditas de «estabilização», vieram a reduzir progressivamente a margem de manobra interna e a autonomia de decisão, que permitissem empreender um projecto de desenvolvimento com as características atrás referidas.

4. Para a análise da inserção internacional da economia portuguesa, devemos ter em conta dois pontos de referência:

- a evolução nos últimos anos e;
- que perspectivas se apresentam quanto ao futuro.

Quanto à evolução recente, não podemos ignorar a influência de factores e de decisões que vinham de antes de 25 de Abril de 1974.

Relativamente às perspectivas que se colocam - dada a opção política feita pelas forças dominantes na Sociedade Portuguesa, traduzida no pedido de adesão à CEE, em 1977 - temos forçosamente que ter em conta este factor, hoje fundamental, *não só* para se perspectivar o *desenvolvimento* em Portugal, mas, *sobretudo*, que *tipo de desenvolvimento*.

*Caracterização genérica da inserção internacional da economia portuguesa - principais linhas de forças*

5. Dadas as circunstâncias e os elementos determinantes na estrutura e no evoluir da sociedade e da economia portuguesa até aos finais dos anos 50, só se pode falar *verdadeiramente* em inserção da economia portuguesa na economia mundial a partir da década de 60.

De facto, é hoje ponto pacífico em Portugal, de que até ao fim dos anos 50, foi dominante uma *certa* dinâmica interna (i é, maior influência de factores internos), traduzida num grau apreciável de autonomia político-administrativa, que se estendia à definição e implementação da política económica, a qual tinha como fio condutor desde o fim de guerra um forte acento na substituição de importações e no protecção interno (condicionamento industrial...) e externo (barreiras aduaneiras e limites à entrada de capitais estrangeiros ...).

No início dos anos 60, devido a factores internos e externos a situação modificou-se substancialmente. Daí que este tema tenha interesse ser abordado a partir desse «momento» de viragem.

Os factores mais significativos que conduziram a esta viragem foram:

- a *adesão de Portugal à EFTA*, em 1960, acompanhando a opção do seu principal parceiro comercial Reino Unido -, e uma vez posta de parte, por este, a adesão à CEE, dois anos antes. Por outro lado, a dominação colonial portuguesa e o regime ditatorial impediram que Portugal pudesse equacionar um tipo de integração formal mais exigente, como era o caso da CEE.

A adesão à EFTA, para a época, correspondeu à satisfação de vários interesses então dominantes:

1) não pôr em causa a dominação colonial em África, falando-se mesmo na necessidade de um mítico «mercado único nacional»,

2) não perder o grande mercado que representava para Portugal, o Reino Unido (em 1959, primeiro cliente com 11,4% das exportações totais portuguesas), ao mesmo tempo que mostrava não ignorar, embora sem grande entusiasmo no seu desenvolvimento, o movimento de integração que alargava a toda a Europa Ocidental.

- O *início da guerra colonial* em África, que vem dar uma nova dimensão ao problema colonial, e que é um elemento determinante nas diferentes fases e mutações operadas até 1974/75.
- O início de uma forte, *corrente migratória* para a Europa Ocidental, em particular para a França e RFA, por razões económicas (as mais fortes) e políticas. Sem ser um elemento novo, assumia uma natureza diferente, já que os emigrantes «da década de 60» ficavam bastante mais ligados a Portugal, do que as correntes anteriores para o Brasil, EUA, etc ..
- Como elemento estrutural, assistia-se a uma *crecente internacionalização* da economia portuguesa que, não obstante, o seu vínculo colonial, tinha um muito maior grau de integração no mercado europeu (em 1959, 40,5% das exportações e 59,9% das importações dirigiam-se e provinham da CEE e da EFTA, enquanto as colónias representavam apenas 28,4% e 14,2% respectivamente).

Deve, contudo, assinalar-se que de 1960 a 1967 se assistiu, mais a uma adaptação «forçada» da economia portuguesa à dinâmica externa, do que a uma vontade política interna explícita visando uma inserção mais profunda e mais ampla na economia capitalista mundial. É neste quadro que se pode compreender a atitude do regime de maior abertura face ao investimento estrangeiro, a partir de 1965, em grande parte determinada pela necessidade de apoio político à prossecução do domínio colonial.

O período que decorre entre 1968 e 1972/73, embora com avanços e recuos, pode caracterizar-se pela adopção de uma estratégia de assunção explícita da adaptação «forçada». Distingue-se da fase anterior pelo facto de agora encontrarmos uma *vontade explícita interna* de impulsionar uma mais vasta e profunda integração da economia portuguesa na economia mundial.

São traços dominantes nesta fase, a tentativa de implementar uma nova política industrial, com a concepção e o lançamento de alguns grandes projectos (plano siderúrgico, projecto de Sines, ligado à petroquímica, ...) visando dotar o país de uma mais forte posição no sector de bens intermédios e a liberalização do condicionamento industrial, assim como, uma política de forte apoio à promoção das exportações.

O «momento» histórico correspondente a 1974/75, pode caracterizar-se como um curto período de «incertezas» e de «transformações qualitativas», sem que tenha havido condições para a definição e implementação de um novo modelo interno de acumulação e um novo tipo de inserção internacional do País.

Foi antes, um «momento» de confronto entre diferentes projectos, com convergências e alianças contraditórias e/ou conflituais e daí a sua precariedade.

O «saldo» deste «momento» traduz-se, nos seus elementos fundamentais, na:

- descolonização, como elemento irreversível;
- nacionalização do sistema financeiro e dos sectores de base, até aí controlados pelos grandes grupos financeiros;
- tentativa de uma reforma agrária na zona sul do País, onde domina o latifúndio;
- emergir do movimento cooperativo e autogestionário;
- estruturação e actuação de um forte movimento sindical, como elemento novo na cena social portuguesa.

A partir de 1976, coincidindo com alguns recuos no «saldo» atrás referido, Portugal entra numa nova fase que se pode caracterizar por uma mais acelerada inserção dependente da economia portuguesa na economia mundial capitalista. Nesta fase, para além dos sectores já tradicionais do comércio externo, emigração, turismo, dependência pela tecnologia, capitais externos, sob a forma de investimentos directos,

surge um novo elemento que *vem reduzir a margem de manobra interna e aumentar a dependência*. Trata-se do *endividamento externo*(1) (actualmente em cerca de 15 milhões de dólares, o que representa cerca de 70% do PIB), com o recurso às políticas de «estabilização» tradicionalmente recomendadas pelo FMI, e que se traduzem «grosso modo» na redução do poder de compra interno, forte inversão na repartição dos rendimentos, desvalorização da moeda e, conseqüentemente, na desvalorização da força de trabalho e do espaço nacional.

É já neste quadro que, em 1977, o Governo português *pediu formalmente a adesão à CEE*, processo que ainda hoje se arrasta e que, para além das determinantes políticas na altura, será um vector de influência decisiva no tipo de inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho (DIT). Embora aqui *devamos fazer uma distinção*, que nos parece importante, entre o grau de *integração real* da economia portuguesa na economia mundial, e, em particular, na CEE e a *integração formal*, com a provável adesão. Não será esta, só por si, o elemento determinante, mas sim um vector potenciador do tipo de integração real que vinha já de alguns anos a esta parte.

Nesta óptica, a tese que defendemos é a de que a integração real de Portugal, reforçada pela adesão à CEE, vai implicar o enfraquecimento da sua posição na DIT, através da redução do grau de coerência interna do sistema produtivo português e, assim, colocar o país numa situação mais vulnerável face a centros de decisão externos.

6. Esboçado o quadro evolutivo político-económico, a partir do início dos anos 60, impõe-se que passemos a identificar e caracterizar as principais linhas de força da inserção internacional da economia portuguesa.

Embora no início dos anos 60, Portugal fosse ainda uma potência colonial, parece não merecer contestação que as principais linhas de força da sua inserção internacional passavam mais pela sua ligação à Europa Ocidental e aos EUA, do que às ex-colónias.

De facto, o laço colonial traduzia-se sobretudo por dois sectores essenciais. O sector financeiro, como elemento de acumulação de divisas, e o sector comercial, na sua dupla função de fonte de abastecimento de matérias-primas e de mercados reservados para produtos tradicionais, sem grandes exigências do ponto de vista da qualidade.

O impacto económico das colónias, de um ponto de vista global, sobre o sistema produtivo português aparece como de reduzido alcance.

É assim, que Portugal, embora envolvido de 1960 a 1973 em dois processos paralelos, o da integração europeia e o da exploração colonial, vê progressivamente o primeiro daqueles processos sobrepor-se claramente ao segundo e ser o sector determinante no tipo de inserção internacional do país.

Analisemos os principais elementos que caracterizam esta inserção.

No domínio do comércio externo a adesão à EFTA em 1959 e o Acordo de Comércio Livre em 1972 com a CEE levaram a uma «sobre especialização» do país nos sectores têxtil, confecções e calçado, que representavam, em 1960, 22% das exportações e, em 1983, representaram 32%.

Paralelamente a esta sobre especialização, outros sectores tiveram evoluções relativas suficientemente importantes para não deixarem de ser assinaladas. Foram eles, a queda relativa da «madeira, cortiça e derivados» (de 21,6% em 1960, para 7,2% em 1983) e dos produtos «alimentares e bebidas» (20,9% em 1960, para 7,9% em 1983), e a forte subida do «papel e pasta de papel (2,8% em 1960, para 6,3% em 1983) e, sobretudo, das «máquinas, aparelhos e material eléctrico» (2,6% em 1960, para 10,9% em 1983) e «material de transporte» (0,3% em 1960, para 3,8% em 1983).

O crescente peso destes três últimos sectores não pode deixar de estar associado aos fluxos de capitais estrangeiros (investimentos directos e implantação de empresas transnacionais), pois que, do investimento directo estrangeiro (IDE) acumulado na indústria transformadora em finais de 1975, 45,1% do total tinha sido orientado para estes três sectores, e do IDE autorizado em 1983, os mesmos sectores representam 48,8% do total para a indústria transformadora.

Há, pois, aqui um elemento novo na determinação da especialização internacional do país que se traduz na deslocalização de actividades industriais dos centros europeus (sobretudo) para as periferias, nas quais se integra Portugal. Este elemento novo cumulado com a tradicional especialização no têxtil, vestuário e calçado (onde também existe capital estrangeiro) traduz uma certa fragilidade do tipo de especialização, não só porque, nuns casos são produtos muito dependentes de matérias-primas importadas, de uma geração industrial antiga e que se defronta com grande concorrência de países a que hoje, tradicionalmente, se chamam os «novos países industrializados» (têxteis e vestuário) como também, nos outros sectores, se está perante actividades localizadas geograficamente no País, mas sem grande, ou mesmo nula, articulação produtiva interna e sem o domínio de matriz tecnológica.

Paralelamente a este tipo de especialização, Portugal viu agravada a dependência em dois sectores estratégicos: o alimentar (sobretudo face aos EUA) - cerca de 15% do total importado em 1983 - e o energético (sobretudo dos países da OPEP) - cerca de 28% das importações em 1983 - para além de manter uma forte dependência na importação de bens de equipamento (incluindo «material de transporte») - cerca de 27% em 1983, percentagem que aumentou ligeiramente em relação a 1960 (cerca de 25%).

Estes últimos elementos, a par do crescente peso dos bens de equipamento na exportação portuguesa, permitem concluir pela fragilidade deste sector fundamental na estrutura produtiva de qualquer país. Esta fragilidade é ainda acentuada pela dependência pela tecnologia e pela componente importada na F. B. C. F. neste sector, a qual representava em 1974 cerca de 62%.

Os elementos atrás referidos, reforçados pelo tipo de implantação em Portugal das empresas transnacionais (ETN) revelam bem a vulnerabilidade da inserção de Portugal na DIT. De facto, em 1973 foram identificadas cerca de 270 ENT e em 1977/78 cerca de 360 (2) que podem ser agrupadas em quatro grandes grupos:

*Segue-se Quadro.*

Mesmo se o seu peso global na economia portuguesa não é muito significativo, ele toma-se bastante relevante e determinante em ramos e sub-ramos, cujo controlo é quase total, nomeadamente, «máquinas e aparelhos eléctricos» (80% do volume de vendas do ramo em 1978), «química industrial de base, excepto adubos, (96%), «pneus» (96%) «montagem de automóveis» (88% em 1971).

A evolução dominante nos últimos anos veio a consubstanciar uma *alteração na natureza* do tipo de inserção em Portugal na DIT. De facto, de 1960 a 1973, Portugal inseriu-se fortemente na DIT pelo comércio e como fornecedor de força de trabalho e de serviços (sobretudo *turismo*), de tal forma que em 1973, as receitas do turismo e as remessas dos emigrantes representaram 130,7% do défice da balança comercial. A partir de 1973, o agravar da crise económica nos principais países europeus, veio reflectir-se numa quebra acentuada da emigração acumulada, com o aumento de retomo de emigrantes, assim como, uma evolução mais lenta das receitas do turismo. Estes dois factores, aliados ao agravamento progressivo do défice estrutural da balança comercial, como reflexo de uma deficiente estrutura produtiva, fez com que em 1982, as receitas provenientes daqueles dois fluxos somente representassem 68% do défice comercial.

A esta situação, associada à tentativa falhada, dos finais dos anos 60, princípios dos anos 70, de especializar o País como fornecedor de bens intermédios (siderurgia, petroquímica, construção e reparação naval...), veio impor-se um novo elemento, hoje determinante, nas opções político-económicas internas, que é a elevada dívida externa, e que comporta vários elos de dependência acrescida e duradoura. De facto, o entendimento externo tem o seu impacto:

- na margem de manobra de decisão interna, mesmo admitindo que existisse vontade política para a utilizar;
- constitui uma forte condicionante actual e um peso razoável para as gerações vindouras;
- facilita/impõe a adopção de medidas restritivas, com a subsequente desvalorização do espaço económico nacional;
- facilita uma mais ampla e profunda inserção da economia portuguesa na economia mundial, pela via do IDE/ETN.

**7.** Procurando fazer uma tentativa de sistematização das principais linhas de força atrás referidas, julgamos poder resumi-las da forma que se segue:

- a) Em Portugal, embora mantendo de 1960 a 1973 um lanço de dominação colonial, foi a integração europeia o vector que mais influenciou e determinou o tipo de inserção do país na DIT;
- b) A adesão à EFTA, e mais tarde o Acordo de Livre Comércio com a CEE, levaram Portugal a uma sobre especialização nos sectores tradicionais do têxtil, vestuário e calçado, em detrimento de sectores mais adequados para o fortalecimento da posição do país na DIT (v. g. bens intermédios e de equipamento);
- c) A situação política decorrente na guerra colonial e a mutação a nível da internacionalização do capital e da produção levaram a uma abertura ao IDE/ETN, que não tendo um peso global significativo, dominam/controlam alguns ramos e sub-ramos que influenciam a especialização internacional do país (v.g. pasta para papel, material eléctrico, electrónico, de transporte, etc.);
- d) O tipo de especialização internacional de Portugal revela-se de uma grande fragilidade por várias razões: condicionado às estratégias de rentabilidade das ETN, fraca base tecnológica nacional, produções «antigas» em termos de estrutura industrial (embora importantes) e concorrência com segmentos da produção dos países dominantes (v.g. alimentares, bebidas ... ) a com os «NPI»;
- e) Grande fragilidade no sector de bens de equipamento, onde a importação representa uma elevada percentagem no total, com uma significativa componente importada na FBCF do sector, com reduzido grau de fixação de tecnologia e apoiado num fraquíssimo sistema tecnológico científico interno;
  - 1) Acentuou-se, ao longo do período em análise, o grau de dependência em dois sectores fundamentais: o alimentar e o enérgico;
- g) Redução da inserção pela exportação de força de trabalho e pela venda de serviços (Turismo ... ) e maior inserção pelo IDE/ETN;
- h) A influência recente e progressiva de dependência financeira, hoje assumida pelo poder político como vector determinante da política económica de curto prazo e condicionante da de médio e longo prazo.

*Que perspectivas para Portugal na Divisão Internacional do Trabalho (DIT)?*

**8.** Dada a situação atrás descrita de forma resumida, impõe-se que façamos uma reflexão em torno das perspectivas que se oferecem a Portugal quanto à sua futura inserção na economia mundial.

Para esta reflexão exige-se que se tomem em consideração algumas condicionantes.

Efectivamente, não se podem ignorar a crise *económica internacional* e as conseqüentes mutações de reestruturação industrial internas nas economias dominantes, que levam a descolónizações no(s) processo(s) produtivo(s) e que actuam sobre países dependentes e semi-periféricos, como é o caso de Portugal. Por outro lado, há que ter em conta a própria *situação de crise interna*, na qual, para além de pontos comuns à crise nos países dominantes, apresenta características muito específicas que a diferenciam pela negativa.

Para além destes dois elementos, também não se deve subestimar o facto de Portugal estar em face adiantada nas negociações de adesão à CEE, não obstante as suas dificuldades internas e as formas que encontrar para as ultrapassar.

Tendo presente estas condicionantes, nunca será exagerado insistir no facto de a *adesão à CEE* ter sido apresentada, internamente, como a *via mágica e mítica*, pela qual passava a resolução de «todos» os problemas económico-sociais portugueses.

Optaram as forças políticas dominantes na sociedade portuguesa, pela via da adaptação interna à dinâmica externa, pela aceitação da DIT actual, como algo que é preciso aceitar sem nada poder fazer. Esta posição levou, à partida, a uma redução no grau de autonomia de decisão e de reestruturação internas e, simultaneamente, a uma redução de capacidade negocial.

9. Em tese, podemos equacionar quatro cenários possíveis:

1) Portugal manter-se fora de CEE, embora com os acordos actualmente existentes, e tomar as medidas adequadas ao reforço do grau de coerência do seu sistema produtivo.

2) A adesão de Portugal à CEE na sequência das negociações em curso, o que significa uma adaptação sem reacção interna, em que a modulação do sistema produtivo português se fará em função dos interesses das economias dominantes na CEE.

No processo de adesão Portugal, tinha à partida, duas atitudes possíveis. Uma a que chamaríamos *activa*, e que se traduzia por tomar medidas internas de reforço do aparelho produtivo, não condicionadas às mutações e tendências dominantes na CEE. Outra, que foi a adoptada, a que chamados *passiva*, e que traduziu por aguardar decisões da CEE, para então, e só então, se pensar em termos de projecto de reestruturação interna.

Supomos não exagerar ao dizer que esta posição é onerosa para Portugal e corre-se o risco de, dentro de poucos dias, estarmos a discutir um «memorando» à grega. O futuro o dirá.

3) «Negociação possível» sem ruptura fundamental, e que pode ser traduzida pela simples, mas não simplista, de «adesão política» e de «associação económica», procurando, simultaneamente, complementaridades no Terceiro Mundo, e, em particular, previligiando as relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa.

Tratava-se de *negociar «benefícios» sem concepções irreversíveis* em termos de autonomia de decisão quanto às reestruturações e modernizações a operar, ao mesmo tempo que se continuava a dispor da maior autonomia em termos de relações internacionais.

4) Um último cenário, seria o da ruptura com a tendência actual dominante no processo de integração real da economia portuguesa na economia mundial, o que implicava uma mutação na natureza do Poder Político, bem como da base social de apoio diferente da actual.

Das quatro hipóteses possíveis, em tese, julgamos que, *dadas as circunstâncias actuais*, a segunda se apresenta como a «mais provável» e a terceira como a «mais desejável», do ponto de vista de salvaguarda de uma maior coerência interna do sistema produtivo português e de procurar um novo tipo de relacionamento e de inserção internacionais.

Procuremos sistematizar ao que conduz uma e outra hipótese.

A adesão plena reforçará a tendência (3) do processo de integração real conduzindo:

- a uma *acrescida dependência pela tecnologia*, quer associada à importação de bens de equipamento, quer pela via contratual;
- a um *previsível reforço da fragilidade do sector de bens* de equipamento, paralelamente ao reforço da tendência do seu enquadramento no regime de *subcontratação internacional*;
- a uma *simples ampla e mais profunda penetração de capitais estrangeiros*, pelo [DE e pelas ETN, cuja *lógica transnacional* de rentabilidade se *sobreporá da articulação interna* do sistema produtivo português;
- a um menor adensamento da malha inter-industrial portuguesa, na sequência da tendência já detectada entre 1970 e 1974;
- a uma maior condicionante internacional da repartição do rendimento interno, em detrimento das condições internas, como consequência de um maior grau de integração da economia portuguesa na economia mundial.

Em resumo, tudo parece concorrer para o sistema produtivo português se tomar cada vez mais um sistema desarticulado e estruturalmente dependente.

A manutenção, senão mesmo o agravamento, das dependências alimentar e energética, a grande dependência financeira tecnológica, paralelamente, e em relação dialéctica, com o previsível acréscimo do IDE e das ETN, por disporem já de condições internas favoráveis e no *futuro* de um mercado mais alargado, fazem com que o sistema produtivo português acentue o seu padrão de especialização nos bens de consumo tradicionais (agro-alimentares parcialmente, têxtil, vestuário, calçado ...) e de produtos industriais que, pela sua própria natureza e por condições internas favoráveis, permitem ao capital transnacionalizado acentuar a sua estratégia à escala internacional (v.g. automóveis, componentes e acessórios, produtos eléctricos e electrónicos). Simultaneamente, assistimos à fragilidade da base nacional de produção de bens de equipamento, ao mesmo tempo, que se assistirá a um alargamento de regime de subcontratação internacional e de produtos sob licença, e, logo, à submissão de cláusulas restritivas desde os aprovisionamentos, até aos mercados de destino.

Dir-se-á que se trata de uma perspectiva bastante pessimista, mas o evoluir da realidade parece confirmar estas tendências, para além de ainda não estar provado que Portugal não será um contribuinte líquido da própria Comunidade.

Por isso pensamos; - e várias vezes o temos afirmado, que seria vantajoso para Portugal, sem ignorar, ou sequer subestimar, os laços que tem com a CEE, equacionar um novo posicionamento neste problema.

Este novo posicionamento, traduzido pela «adesão política» e «associação económica» à CEE, passaria por dois vectores fundamentais, a saber:

a) O reforço do grau de coerência interna do sistema produtivo português através, nomeadamente, de:

- procurar um maior adensamento da malha de matriz inter-industrial;
- reduzir a dependência alimentar, para o que havia que dar prioridade a dois sectores básicos da estrutura económica portuguesa - a modernização da agricultura/indústria, salientado nesta, certa prioridade ao sector de bens de equipamento orientados para aquela modernização;
- reduzir a dependência energética, pela diversificação das fontes de energia e com um maior apelo a recursos internos;
- reforçar a capacidade científica e tecnológica, como via de reduzir a dependência pela tecnológica;
- promover o desenvolvimento de produção de bens de equipamento que, para além de poder apoiar o combate às dependências alimentar e energética, é veículo portador e integrador de capacidade tecnológica, permitindo também uma inversão no padrão de especialização internacional;
- para poder realizar tudo isto, pressupõe-se não só uma *diferente atitude* política do Estado, através do seu elemento executivo, quer como agente directo, através da actuação do sector público empresarial, quer como agente indirecto, na sua actuação de enquadramento da vida económica do país. Esta nova *atitude* pressupõe ainda a criação de condições para a renovação de agentes económicos imbuídos de uma nova dinâmica, relativamente autónomos, capazes de assumirem o risco e a inovação, como elementos potencializadores do progresso social.

b) Procurar uma nova inserção internacional que permita ao país uma maior autonomia e uma menor vulnerabilidade no quadro da DIT.

Esta nova inserção internacional resultará, parcialmente, do primeiro vector assinalado, com o reforço do país na DIT, e seria complementado com uma redução no grau de concentração das relações externas portuguesas. Em particular, com maior abertura aos países do Terceiro Mundo, sobretudo África e Países Árabes, como elemento dinamizador e complementar para sectores da economia portuguesa já hoje em condições de aí penetrarem, como é o caso de certos bens de equipamento, construção, «engineering», serviços (gestão) e de bens de consumo. Este novo posicionamento não ignora as relações com os países hoje dominantes, mas procuraria, através da diversificação possível e desejável, uma mais forte posição de Portugal na DIT. Não se excluiria a cooperação industrial com o Terceiro Mundo, numa base bi e/ou multilateral, com o apelo a financiamentos e tecnologias de que Portugal não dispõe.

Reconheça-se, finalmente, que esta via exige percorrer o caminho da «não facilidade» impõe a adopção de uma atitude activa de transformação interna e de inserção internacional, por oposição à atitude passiva de adaptação às condições externas e às reestruturações em curso nos países dominantes. Mas é nos momentos cruciais das opções difíceis, que melhor se revelam os agentes portadores de propostas de mutação progressiva ou de adaptação conservadora.

(1) A dívida externa era de cerca de 1,6 mil milhões de dólares em 1975.

(2) Número subestimado e que tem maior relevância nas ETN orientadas para a exportação.

(3) Para uma demonstração desta tendência veja-se, do autor, o livro «PORTUGAL FACE À CEE»; Livros Horizonte, Lisboa, 1983.